

# | 84 | ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E METROPOLIZAÇÃO EM CURITIBA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: NOVAS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

*Madianita Nunes da Silva*

## **Resumo**

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná entre os anos de 2008 e 2011 e explora o papel desempenhado pelos espaços informais de moradia na reestruturação da metrópole de Curitiba ocorrida a partir da década de 1990. Demonstra-se que neste fenômeno, caracterizado pela emergência de novas relações centro-periferia e a formação de uma metrópole com estrutura espacial mais complexa, heterogênea e fragmentada, as novas formas de produção dos espaços informais de moradia desempenham um papel principal. O artigo concorre para uma interpretação mais abrangente das transformações socioespaciais experimentadas pelas metrópoles brasileiras nas últimas décadas e, neste sentido, contribui com o conhecimento a respeito da produção do espaço destes aglomerados na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Espaços informais de moradia; Metrópole de Curitiba; Reestruturação espacial.

## **1. Introdução**

O trabalho analisa a relação entre a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e a reestruturação espacial ocorrida na aglomeração metropolitana de Curitiba a partir da década de 1990, marcada pelo surgimento de novas relações centro-periferia.

A tese defendida é de que o crescimento do número de domicílios e assentamentos informais no período estudado integra o mesmo fenômeno responsável pela chegada das novas corporações industriais, de comércio e serviço especializados e dos novos produtos imobiliários destinados à população de alta renda que, segundo Firkowski (2001) e Garcia (1997), evidenciam a emergência da globalização econômica na metrópole de Curitiba.

A metropolização em Curitiba apresenta duas faces, opostas e complementares, todavia, normalmente apenas aquela que produz externalidades positivas ou consideradas racionais para o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial tem sido associada às transformações socioespaciais observadas com a globalização.

À luz desta compreensão, a análise da produção dos espaços informais de moradia fornece informações indispensáveis para a interpretação da lógica responsável pela

reestruturação espacial da metrópole de Curitiba na atualidade, conforme se aprofunda nos tópicos subsequentes.

## **2. A metropolização em Curitiba: uma realidade de contrastes**

A metrópole de Curitiba é um dos principais centros urbanos brasileiros<sup>1</sup> e a função por ela desempenhada no contexto da rede urbana do país deriva de transformações socioespaciais que evoluíram ao longo das últimas quatro décadas. Nesse período evidenciam-se duas fases, a primeira entre 1970 e 1980 em que se formaram as bases da metropolização vigente, e a segunda que se inicia em 1990 quando este fenômeno consolida-se como um fato urbano.

A segunda fase, recorte temporal da análise, foi marcada pela incorporação da metrópole às mudanças observadas no regime de acumulação capitalista em escala mundial, a partir das quais se apresentaram uma série de contradições derivadas da relação urbanização e capitalismo, dentre elas, a ocorrência de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Segundo Moura et al. (2009, p. 20) a incorporação da metrópole de Curitiba à globalização nesse período é explicada por um conjunto de fatores: a inserção da economia do Paraná na década de 1990 nas economias nacional e internacional, com grande dinamismo nas relações de troca entre estes mercados; ao aumento da importância dos produtos de segmentos mais modernos em substituição aos tradicionais; ao aproveitamento da conjuntura macroeconômica existente; e à implementação de uma política de atração industrial combinada com as vantagens locais presentes.

Uma das características desta fase, de acordo com Firkowski (2001, p. 164), é que ela realizou-se a partir de uma lógica de localização das atividades industriais diferente da observada entre 1970 e 1980, que estendeu as condições gerais de reprodução de capital a outros municípios metropolitanos, antes praticamente restritas a Curitiba e Araucária. Reforçaram-se também os setores de comércio e serviço, com destaque para os especializados, muitos deles viabilizados pelo capital internacional e voltados ao mercado global, ampliando-se as relações da metrópole com outras cidades do Brasil e exterior.

---

<sup>1</sup> Tomando como referência dados de 2007, o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) identificou doze centros urbanos considerados metrópoles no Brasil em função do porte destes aglomerados, das fortes relações que mantêm entre si e da extensão da área de influência direta: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. (IBGE, 2008, p. 11)

A nova realidade econômica influenciou também a distribuição da população no interior da aglomeração e reforçou os fluxos migratórios em direção à esta aglomeração metropolitana. Em 1980, por exemplo, 67% da população da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) residia em Curitiba, observando-se em 2010 que a representatividade desse município baixa para 55%, equiparando a relação entre a cidade-polo e os demais municípios metropolitanos na última década. (Paraná, 2006; IBGE, 2011)

Esse novo contexto socioeconômico foi marcado pela consolidação de uma realidade de contrastes, comprovada, dentre outros, pelos indicadores de crescimento do trabalho formal e informal. De acordo com Moura et al. (2009) entre 1990 e 2003 dos 184.514<sup>2</sup> empregos formais gerados no Paraná 31,10% ocorreram na RMC e em 2000 a região concentrava 76,59% do total das empresas dos setores secundário e terciário do Estado. No mesmo ano, 204 mil pessoas na região estavam desocupadas e o município de Curitiba, que em 2002 respondia por 48,89% do PIB do Paraná, concentrava 57% desse total. Assim, ao mesmo tempo em que aumentou a oferta de emprego uma parcela significativa da mão de obra crescente ficou à margem do mercado de trabalho formal, ampliando a inserção da população na economia informal, que somada às taxas de desocupação expressam os ajustes sofridos pelo mercado de trabalho nesse período.

Observou-se ainda, segundo as autoras, a elevação das taxas de pobreza, com impactos no acesso à moradia por parte da população de baixa renda. Dados relativos a 2000 revelavam que Curitiba, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, Municípios situados no entorno do polo metropolitano, concentravam 74,4% do total de famílias pobres da RMC. Em Curitiba, alguns bairros apresentavam taxas de pobreza superiores à média da região, conformando espaços que representavam a maior concentração de ocupados residindo em assentamentos informais no conjunto da RMC. (Moura et al., 2009, p. 69)

No que diz respeito às condições habitacionais, tais mudanças, desigualdades e contradições caracterizaram-se pelo aumento de famílias residentes em espaços informais de moradia, transformando a dinâmica de estruturação do espaço metropolitano.

### **3. Produção dos espaços de moradia popular e estruturação da metrópole**

A relação entre produção dos espaços de moradia das classes populares e estruturação do espaço na metrópole de Curitiba não é nova, e se apresenta desde a instauração da metropolização na década de 1970. A fase atual se diferencia pela emergência

---

<sup>2</sup> Representa um aumento de 46,1% no período. (Moura et al., 2009, p. 39)

de novas lógicas de produção da moradia destas classes, com destaque para o crescimento da informalidade.

O crescimento da informalidade e as novas formas de produção dos espaços de moradia das classes populares contribuíram de forma definitiva para a transformação da dinâmica de produção e estruturação da metrópole de Curitiba, observando-se a partir de 1990 o surgimento de novas relações centro-periferia.

### **3.1. O período precedente à década de 1990 e a formação do padrão centro-periferia**

A carência de moradias para a população de baixa renda na metrópole de Curitiba segue a dinâmica observada nas demais cidades brasileiras, apresenta-se com a intensificação da urbanização e da industrialização em meados do século XX e evolui de modo ascendente nas décadas seguintes.

Embora tal questão acompanhe a conjuntura do País, a produção dos espaços de moradia para as classes de menores rendimentos no período que antecedeu a década de 1990 apresentou-se em Curitiba com algumas particularidades: (i) a periferia formada no entorno da cidade-polo derivou fundamentalmente da ação de proprietários de terra e incorporadores imobiliários; (ii) as favelas surgem e concentram-se em Curitiba; (iii) a produção de habitação pelo Estado concentra-se na cidade-polo.

A formação da periferia metropolitana entre as décadas de 1950 e 1970 foi predominantemente derivada da produção regular de loteamentos e localizou-se nos limites territoriais de Curitiba e municípios situados em seu entorno. A partir desse processo, a provisão dos espaços populares de moradia durante as décadas de maior fluxo migratório em direção à RMC realizou-se pela ação legal de proprietários de terra e incorporadores imobiliários e ocorreu pela autoconstrução.

Uma característica do processo de aprovação dos loteamentos populares nesse período deve-se à inexistência e fragilidade das normas de parcelamento, uso e ocupação do solo na RMC. Ele antecede o primeiro Plano de Ordenamento Territorial da região, o PDI de 1978; os primeiros Planos Diretores dos municípios incorporados à recém-criada região metropolitana; e a Lei Federal 6766 de 1979, que disciplinou o parcelamento do solo urbano no Brasil. (MADE, 2004, p. 56)

Tal singularidade possibilitou o parcelamento de áreas rurais com baixo preço e a implantação de loteamentos com um mínimo de infraestrutura, viabilizando a produção de lotes com pouco investimento e de baixo custo. Assim, o produto comercializado podia

atender tanto a demanda dos compradores em potencial – migrantes vindos da zona rural do Paraná, com recursos financeiros escassos – como aos interesses de proprietários fundiários na periferia e incorporadores imobiliários, que com pouco investimento se beneficiaram com uma extraordinária valorização de suas terras e empreendimentos.

A partir deste contexto uma quantidade significativa de loteamentos precários e distantes dos núcleos urbanizados dos municípios do entorno ao polo nesse período foram aprovados na RMC, em especial no Leste, com grandes fragilidades ambientais. Permitiu, ainda, que muitos dos novos lotes produzidos fossem vendidos antes dos parcelamentos terem sido totalmente implantados, dando origem a espaços marcados pela precariedade de infraestrutura urbana.

Em 1979, a aprovação da Lei Federal 6766 muda o vetor da atividade imobiliária formal destinada à produção de lotes populares na periferia metropolitana. Ao condicionar a aprovação, implantação e venda dos novos loteamentos a exigências ambientais, jurídicas e projetuais, esta Lei teve o efeito de ampliar os custos destes negócios, fazendo com que o mercado imobiliário formal passasse a explorar áreas mais apropriadas à ocupação, diminuindo de intensidade no Leste e aumentando no Oeste da RMC.

Do ponto de vista da produção dos espaços populares de moradia, a década de 1980 foi também marcada pelo crescimento da informalidade na cidade-polo. De acordo com Curitiba (2007), embora os primeiros registros de assentamentos informais constem das décadas de 1940 e 1950, na década de 1960 surgem favelas em diferentes pontos do seu território, e na de 1980 observa-se a intensificação do fenômeno no município.

O processo de produção dos espaços informais a partir da década de 1960 em Curitiba acompanhou também a implantação dos primeiros programas de habitação de interesse social na região, realizados durante a vigência do BNH. Uma das características desse período é que grande parte dos investimentos na produção de moradias populares ficaram restritos a Curitiba e não se estenderam de forma importante aos demais municípios metropolitanos, concentração que perdurou nas décadas seguintes. (Paraná, 2001, p.112)

Assim como no restante do País na década de 1980 o crescimento das favelas em Curitiba intensifica-se e a carência de moradia se agrava. Entre 1982 e 1987, o número de domicílios em favelas no Município passa de 7.716 para 11.929, e no ano de 1996 já somavam 33.778. (Curitiba, 2006, p. 54)

Nessa década muda também a política de atendimento às necessidades habitacionais no Município, em função da redução de recursos federais destinados à produção de habitação e da crise econômica que assola o país. De acordo com Curitiba (2006,

p.52-53), o empobrecimento da população tornou inacessível às famílias com renda abaixo de três salários mínimos a aquisição das unidades residenciais que vinham sendo produzidas pela COHAB – CT, que passa a produzir lotes urbanizados destinados à autoconstrução.

Entre as décadas de 1970 e 1980 reproduziu-se, portanto, na metrópole de Curitiba o mesmo fenômeno de periferação da pobreza observado nas demais metrópoles brasileiras a partir de meados do século XX, no qual a crescente população de baixa renda passou a habitar as periferias precárias e distantes, e os mais abastados as áreas centrais e com infraestrutura.

A produção dos espaços de moradia nesse período deu origem a uma estrutura espacial metropolitana similar à formada na maior parte das cidades brasileiras, derivada do padrão denominado centro-periferia. Segundo Caldeira (2000) tal padrão caracterizou-se no Brasil por quatro atributos: (i) uma forma dispersa ao invés de concentrada, observando-se taxas decrescentes de densidade populacional urbana ao longo das décadas em que ele se concretizou; (ii) as classes de média e alta renda vivendo longe da de baixa renda, a primeira nas áreas mais centrais, regulares e bem equipadas, enquanto a segunda em periferias distantes, precárias e muitas vezes irregulares; (iii) a aquisição da casa própria tornou-se regra e generalizou-se entre todas as classes sociais, mas com diferenças na forma de produção e nas condições de moradia dos seus habitantes, que variaram em função da renda; (iv) o transporte utilizado para o deslocamento intraurbano também diferenciou-se segundo as classes sociais: o coletivo, ônibus mais comumente, para os moradores da periferia, e o automóvel individual para as classes média e alta residentes nas áreas mais centrais.

Seguindo esse padrão, conforme Ultramari et al. (1994), no final da década de 1980 a estruturação da metrópole de Curitiba caracterizava-se pela presença dos seguintes fenômenos: (i) a existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sobre pressão de ocupação; (ii) a insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo; (iii) a presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento.

A pressão sobre áreas rurais e periféricas tinha distintas origens e derivava de diversas ações, observando-se uma tendência de expansão dos usos industrial, de serviços e residencial em direção a glebas não parceladas ou áreas com uso residencial de baixa densidade.

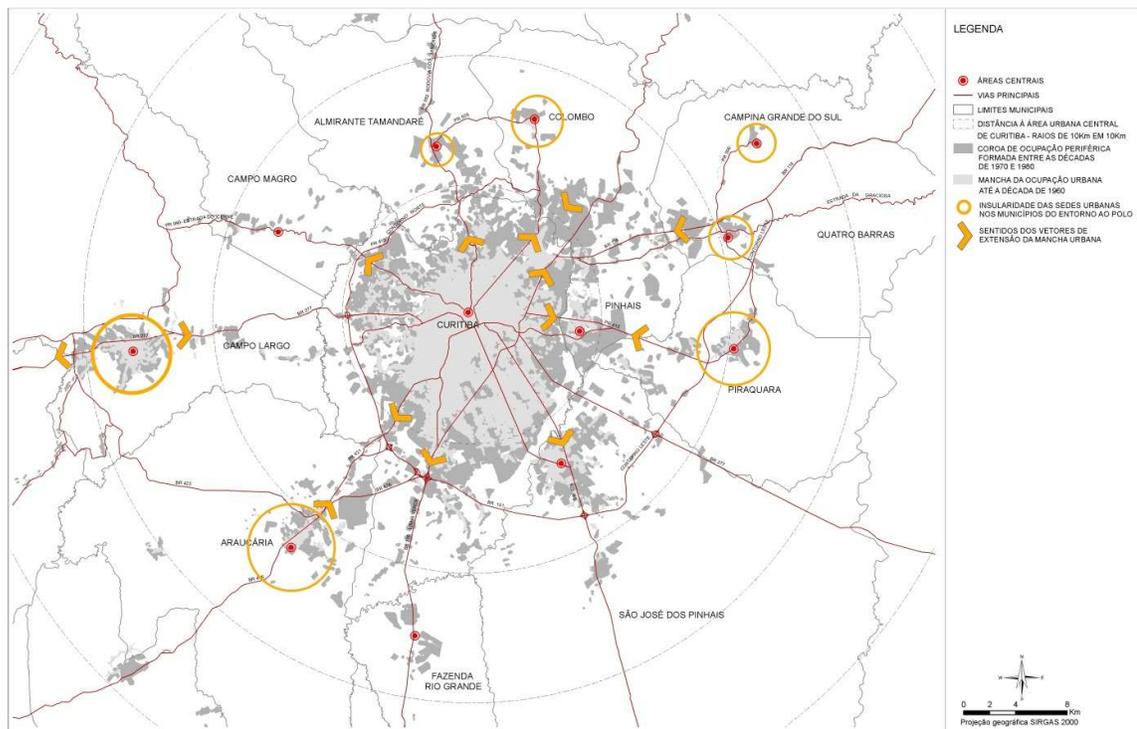
A materialização desse processo conformou uma coroa de ocupação periférica situada no entorno dos limites territoriais de Curitiba, que era dependente da cidade-polo em relação à oferta de empregos, ao comércio e aos equipamentos urbanos. A localização, a morfologia e a dinâmica urbana que marcaram a formação da periferia produziram ainda,

segundo Ultramari et al. (1994), a “insularidade” das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno de Curitiba.

Outro fenômeno presente, de acordo com os autores, refere-se à pressão por ocupação em áreas residenciais de baixa densidade situadas em bairros periféricos de Curitiba, que a partir de 1980 passaram a experimentar um processo de substituição do perfil da população residente. A partir dele, antigos moradores, com renda em geral mais baixa que a dos novos habitantes, deslocaram-se para a periferia próxima, num movimento denominado de subperiferização, que, segundo afirmam, foi em grande parte derivado do crescente aumento do preço da terra na cidade-polo.

Os fenômenos descritos consolidaram uma espacialidade que no final da década de 1980 era caracterizada pela descontinuidade territorial entre a aglomeração urbana de Curitiba, a coroa de ocupação periférica situada nos limites da cidade-polo, e as áreas urbanas dos municípios localizados no entorno ao polo, pré-existentes à instauração da metropolização. (Figura 1)

Figura 1 – Estrutura espacial da metrópole de Curitiba no final da década de 1980



Fonte: Silva (2012)

Essa descontinuidade territorial observada derivou de dois vetores de periferização. Tomando-se como referência o polo, no final de 1980 o vetor de estruturação

espacial promovia a desconcentração e estava orientado à periferia limítrofe de Curitiba. Referenciando-se nas áreas urbanas centrais dos municípios do entorno, o vetor de expansão partia da periferia limítrofe ao polo e se dirigia ao núcleo da metrópole. A partir destes vetores surgiram periferias que embora não pertencentes ao município de Curitiba mantinham relações mais intensas com esta cidade do que com as áreas urbanas centrais dos municípios onde elas encontravam-se legalmente situadas.

Nos anos finais da década de 1980, mudanças na dinâmica de produção da periferia indicam que novos fenômenos passariam a compor o quadro da metropolização, dentre eles o crescimento da pobreza urbana.

### **3.2 Produção dos espaços informais de moradia e a emergência de um novo padrão de estruturação espacial nas décadas de 1990 e 2000**

Nas décadas seguintes a produção dos espaços informais de moradia expande-se e intensifica-se no conjunto da aglomeração metropolitana, transformando a dinâmica de estruturação espacial. De acordo com os dados levantados, entre as décadas de 1990 e 2000 esses espaços passaram de 521 assentamentos e 50.311 domicílios, para 948 assentamentos e 86.478 domicílios (Tabela 1).

Outra característica desse processo é que nesse período transformam-se as formas de produção das tipologias que caracterizam estes espaços, em especial a comercialização de imóveis nas favelas e a difusão dos loteamentos clandestinos.

No final da década de 2000 as favelas predominam no aglomerado metropolitano de Curitiba e respondem por 70% dos assentamentos, 50% da área por eles ocupada e 84% dos residentes nos espaços informais de moradia. Esta tipologia concentra-se nas proximidades do polo metropolitano e ocupa áreas menores em relação às outras duas tipologias. A maioria das favelas está situada em áreas de propriedade pública, inicialmente destinadas à proteção ambiental ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados.

Os moradores das favelas são os cidadãos submetidos ao maior número de irregularidades e às piores condições de moradia na metrópole de Curitiba. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características impróprias do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos marcados por altas declividades, a ocorrência de inundações, a precariedade dos materiais e das técnicas construtivas e a carência de infraestrutura urbana.

Tabela 1 – Domicílios em espaços informais de moradia no Aglomerado Metropolitano de Curitiba segundo décadas – 1990-2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					
	1990		2000		Diferença entre levantamentos	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Curitiba	33.778	67,14	59.064	68,31	25.286	74,85
Pinhais	2.194	4,36	3.497	4,04	1.303	59,38
Almirante Tamandaré	4.797	9,53	6.238	7,22	1.441	30,03
Campo Magro	230	0,46	...	...	...	...
Campo Largo	1.729	3,44	4.534	5,24	2.805	162,23
Araucária	1.621	3,22	2.611	3,02	990	61,07
Fazenda Rio Grande	1.554	3,09	1.941	2,24	387	24,90
São José dos Pinhais	3.845	7,64	5.442	6,29	1.597	41,53
Quatro Barras	...	...	700	0,81	...	...
Campina Grande do Sul	563	1,12	2.451	2,83	1.888	335,34
Total	50.311	100	86.478	100	35.697	70,95

Fonte: Silva (2012)

Nota: ... Dado numérico não disponível

Nelas reside a parcela da população mais pobre, formada por grande proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos<sup>3</sup>. Nas novas favelas que se expandem em direção à zona rural dos municípios metropolitanos, a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, observando-se maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e aos equipamentos urbanos.

No que diz respeito às lógicas que conduzem as ações dos responsáveis pela produção das favelas, destacam-se as novas formas de acesso à moradia nesses assentamentos, através da locação e da comercialização dos imóveis.

Os loteamentos clandestinos respondem por 25% dos assentamentos, 37% da área ocupada e 12% dos domicílios informais. Esta tipologia é a principal responsável pela extensão da mancha de ocupação urbana no norte do aglomerado metropolitano e no extremo sul do município de Curitiba. Uma característica identificada é que os novos

<sup>3</sup> Em janeiro de 2010 o salário mínimo no Brasil correspondia a R\$ 510,00 ou aproximadamente U\$ 283,00.

assentamentos surgidos localizam-se no entorno de eixos viários de circulação regional ou em áreas com restrições legais ao parcelamento do solo urbano.

A renda dos moradores dos loteamentos clandestinos é em média mais elevada que a dos residentes nas favelas, e o perfil encontrado os posiciona fora da faixa da população que deveria ser atendida por programas de produção de habitação de interesse social, três salários mínimos. Em Curitiba, por exemplo, que concentrou na última década 44% desta tipologia, 82% dos domicílios desses assentamentos têm renda superior a três salários mínimos, e, deste total, 40% ganham mais que cinco salários mínimos.

A ação clandestina de loteadores de terra é antiga e constitui uma das principais forças responsáveis pela formação e extensão das periferias urbanas no Brasil desde meados do século XX. A singularidade da ação destes agentes na metrópole nas últimas décadas deve-se ao aumento do número de loteamentos clandestinos, especialmente em Curitiba, núcleo da aglomeração metropolitana.

A ocorrência desse processo sinaliza a emergência de novas estratégias de atuação dos agentes produtores desses assentamentos e a ampliação do poder dos envolvidos na atividade imobiliária clandestina, inclusive na cidade-polo. Além disso, explicita a fragilidade e/ou omissão das administrações municipais na execução e controle da legislação urbanística vigente.

Os loteamentos irregulares são menos expressivos em número, apenas 2%, mas representam 12% da área total dos espaços informais de moradia. Esta tipologia predomina no Leste do aglomerado metropolitano e a principal irregularidade é de natureza urbanística, pois deriva de parcelamentos executados antes da Lei Federal 6766/1979 e da Lei de Proteção dos Mananciais da RMC aprovada na década de 1990.

Outra característica refere-se à produção de novos loteamentos irregulares em áreas públicas na última década. Derivada da atuação do Estado, ela revela aspectos da produção de habitação de interesse social nos municípios metropolitanos, pois sua origem explica-se pela necessidade de relocação de famílias de áreas de risco de acidente ambiental ou a produção de lotes urbanizados.

Tomando como referência o processo de produção dos espaços informais de moradia, a atual fase de estruturação espacial caracteriza-se pela ocorrência simultânea de movimentos de desconcentração e reforço à concentração. A partir destes dois movimentos, derivados de diferentes vetores de crescimento desses espaços, um extensivo e outro intensivo e com diferentes sentidos de expansão, realiza-se a reestruturação da metrópole.

O crescimento extensivo produz a extensão horizontal da mancha urbana em direção a áreas cada vez mais distantes em relação ao núcleo da aglomeração metropolitana e deriva da produção de novas áreas residenciais. Este processo promove a desconcentração espacial pelo crescimento e a expansão dos espaços informais de moradia sobre o território dos municípios metropolitanos situados no entorno de Curitiba. A análise da forma de produção destes assentamentos permitiu identificar também que o crescimento extensivo ocorre com, ou sem continuidade territorial.

Uma característica da desconcentração com descontinuidade territorial é que, tanto em relação a Curitiba como em relação às áreas urbanas centrais dos municípios limítrofes, o vetor de extensão dos novos assentamentos distancia-se da mancha de ocupação mais densa situada no entorno do núcleo metropolitano, conformando uma espacialidade mais dispersa e menos adensada. Este movimento se realiza pela produção de novos loteamentos clandestinos e novas favelas na zona rural dos municípios metropolitanos.

Na desconcentração com continuidade territorial, o crescimento extensivo ocorre pelo surgimento de novos espaços informais de moradia no interior da mancha urbana existente. Esse processo é mais intenso na periferia próxima dos limites territoriais de Curitiba, e seu avanço reduz a descontinuidade territorial observada entre as áreas urbanas centrais dos municípios limítrofes ao polo e a coroa periférica surgida entre 1970 e 1980.

De acordo com os dados obtidos, a realização desse movimento deriva fundamentalmente do surgimento de novas favelas, mas os novos loteamentos clandestinos produzidos na última década no Município de Curitiba também contribuem para sua consolidação. Embora promova a desconcentração espacial, esse vetor de estruturação sofre forte polarização do núcleo metropolitano.

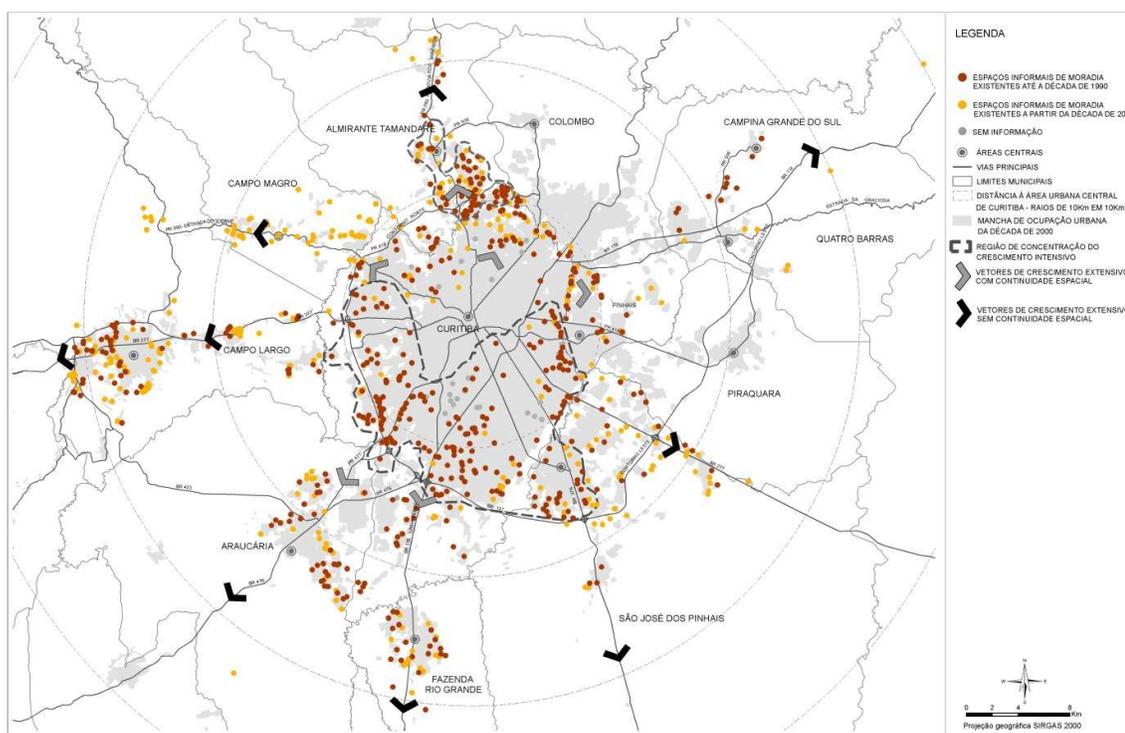
O crescimento intensivo ocorre pelo adensamento dos assentamentos informais existentes situados em áreas mais cêtricas em relação a Curitiba. Ele produz a transformação dos espaços urbanos consolidados e potencializa a ocupação no núcleo metropolitano, reforçando a concentração espacial. Tal movimento é fundamentalmente derivado das transformações na forma de produção das favelas mais antigas, dentre as quais se destaca o crescimento do mercado de comercialização de imóveis.

A tendência de reforço à concentração foi comprovada: (i) pelas maiores densidades observadas nos espaços informais de moradia pré-existentes, situadas na cidade-polo e proximidades; (ii) pela intensificação do processo em Curitiba, que além do adensamento dos assentamentos mais antigos também se realiza pela produção de novos;

(iii) pelo maior crescimento em superfície dos espaços pré-existentes do que pelo surgimento de novas áreas informais.

Os vetores de desconcentração e concentração produziram uma espacialidade que passou a se caracterizar: (i) pela presença de novos conteúdos nas áreas centrais e periféricas; (ii) pela conformação de uma morfologia urbana ao mesmo tempo mais difusa e adensada; (iii) por um espaço mais heterogêneo e fragmentado; (iv) pelo reforço, ou o surgimento, de subcentros metropolitanos, embora ainda incipientes; (v) por uma nova lógica de distribuição dos grupos sociais, com destaque para o crescimento dos espaços informais de moradia no núcleo metropolitano (Figura 2).

Figura 2 – Estruturação da metrópole no final da década de 2000



Fonte: Silva (2012)

Com base nesses atributos, e comparando-os ao modelo de estruturação espacial precedente, pode-se afirmar que o fenômeno analisado transformou as relações centro-periferia. Tal mudança é comprovada, em primeiro lugar, porque a produção de periferias no centro do aglomerado metropolitano é um processo ativo e não residual. A partir dos dados levantados observou-se que o crescimento em número de domicílios e assentamentos informais na região central da aglomeração não só ocorreu como foi intenso, se comparado ao verificado nas áreas urbanas mais distantes da cidade-polo. A produção de periferias no

centro não é, portanto, resultado de permanências espaciais, isto é, de um fenômeno que transforma espaços preteritamente produzidos como áreas periféricas em centrais em função do tamanho da aglomeração, mas sim um processo em evolução integrante do conjunto de mudanças que marcam a presente fase da produção e estruturação do espaço da metrópole.

A formação de uma morfologia urbana mais heterogênea deve-se, também, ao agrupamento das diferentes tipologias dos espaços informais de moradia em áreas específicas da metrópole. Por exemplo, a predominância de loteamentos clandestinos no norte do aglomerado metropolitano e no extremo sul de Curitiba, e a concentração de favelas no centro da metrópole e demais municípios.

As transformações nas relações centro-periferia foram comprovadas, finalmente, pelo fato de que o avanço das periferias pobres em direção às áreas rurais cada vez mais distantes do núcleo metropolitano é marcado pelo surgimento de novas relações entre estes novos espaços e as áreas urbanas centrais dos municípios do entorno de Curitiba. É possível considerar que a partir desse processo emergente reforcem-se ou surjam novos subcentros metropolitanos, que passarão a desempenhar novas funções urbanas. Além disso, os novos espaços informais de moradia que se expandem sobre a zona rural difundem a urbanização e transformam esses espaços, que ganham novos conteúdos sociais e econômicos.

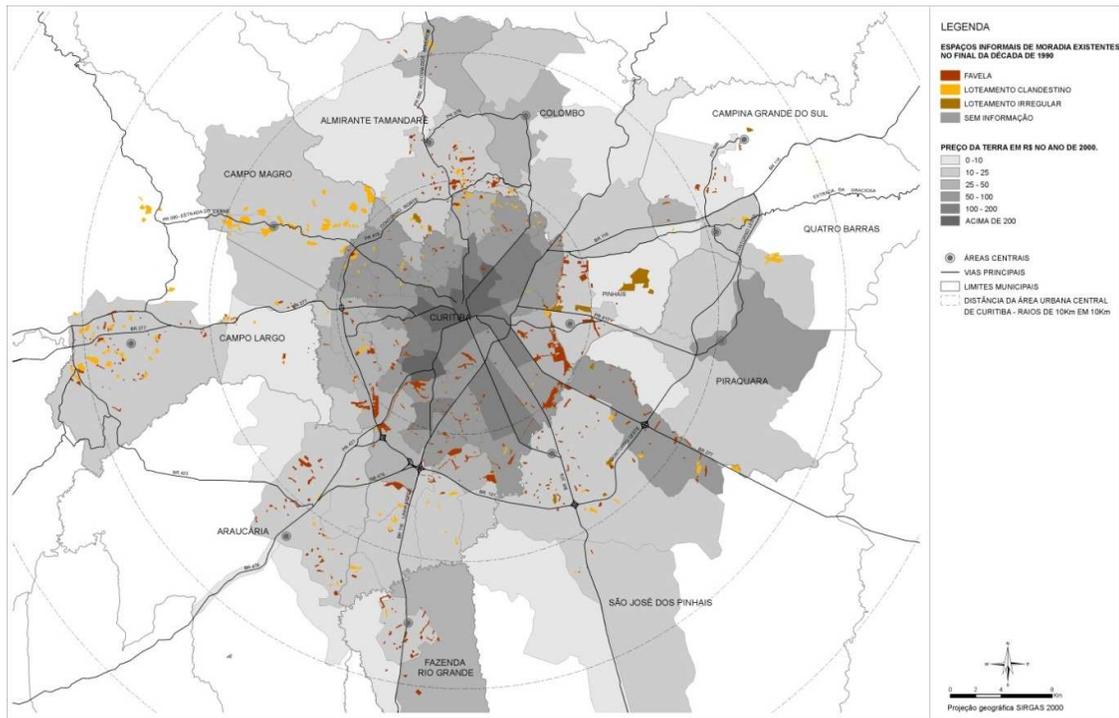
Presentes tanto no centro como na periferia metropolitana, os espaços informais de moradia continuam sendo marcados pela precariedade da moradia e do assentamento e a dificuldade de acesso à cidade formal por parte de seus residentes. Por outro lado, analisando-se as tipologias dos assentamentos informais e suas localizações observa-se maior diferenciação dos conteúdos socioespaciais desses espaços, derivada dos diferentes perfis socioeconômicos de seus residentes e das características morfológicas de seus espaços.

Esta distribuição diferenciada da população residente em favelas e loteamentos clandestinos no conjunto do aglomerado metropolitano, com os de maior renda vivendo nas proximidades do núcleo da aglomeração e nos loteamentos clandestinos e os de renda mais baixa nas favelas e áreas mais distantes, acompanha o modelo radiocêntrico de composição do preço da terra, conforme demonstra a Figura 3. A partir desse atributo é possível afirmar que a produção das tipologias dos espaços informais e suas localizações se realizam a partir da mesma lógica que norteia a produção da cidade capitalista, a partir da qual a terra urbana é uma mercadoria que possibilita a extração da renda fundiária e obtenção da mais-valia.

Outro aspecto que explica a fase de reestruturação é que a maior proximidade espacial dos diferentes conteúdos socioespaciais das áreas residenciais, que no modelo precedente estavam organizados, distribuídos e separados entre áreas centrais e periféricas

segundo classes sociais, tornou a morfologia urbana mais heterogênea e acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial.

Figura 3 – Tipologias dos espaços informais de moradia no final da década de 1990 e preço da terra segundo áreas homogêneas no ano de 2000



Fonte: Silva (2012)

O crescimento do número de domicílios informais na área central do aglomerado metropolitano, nas proximidades de áreas regulares habitadas por classes sociais de renda mais elevada, faz com que grupos com condições socioeconômicas, modos de vida e tipos de habitat distintos passem a morar com maior proximidade espacial, transformando a distribuição dos espaços residenciais formais e informais, que entre as décadas de 1970 e 1980 era caracterizada pela periferização da pobreza.

#### 4. Considerações Finais

Tomando como referência a morfologia espacial resultante do processo analisado reconhece-se na metropolização de Curitiba nas duas últimas décadas características similares às encontradas por Ascher (1995), Leroy (2000), Méo (2008) e Sassen (2010) em outros continentes, tais como, a concentração, a complexidade, a heterogeneidade e dispersão espacial e a descontinuidade territorial. A pesquisa comprovou, no entanto, que o

que diferencia o fenômeno aqui ocorrido não é a forma resultante, mas sim os conteúdos e processos responsáveis pela sua produção.

Esta constatação corrobora a interpretação de Lefebvre (2001) de que a compreensão das morfologias espaciais não está reduzida à descrição das materialidades ou da maneira como estas se distribuem no espaço, mas depende da relação dialética entre conteúdo e forma. À luz desta compreensão, a totalidade do processo de produção espacial somente pode ser revelada pelo reconhecimento das lógicas responsáveis pela formação e distribuição dos diferentes conteúdos socioespaciais que compõem a forma urbana.

Comprovou-se, portanto, que os espaços informais de moradia não apenas fazem parte da metrópole de Curitiba, mas desempenham um papel primordial na reestruturação do seu espaço. A comprovação empírica desta constatação é relevante para a compreensão da lógica a partir da qual são produzidas as metrópoles na presente fase da urbanização, especialmente em países com grande contingente de população de baixa renda e marcados por grandes desigualdades socioespaciais.

Além disso, confirma-se a tese de que considerar apenas os novos espaços de produção e consumo não é suficiente para explicar a complexidade e a totalidade do fenômeno de reestruturação espacial experimentado por estas grandes aglomerações urbanas na atual fase da urbanização mundial.

A partir do estudo realizado na metrópole de Curitiba, verificou-se também, que por serem resultado da relação dialética entre processo e forma, expressarem e viabilizarem a acumulação de capital e a reprodução social em escala mundial, a produção das metrópoles capitalistas contemporâneas concretiza-se pela existência indissociável de espaços de riqueza e pobreza, do avançado e do atrasado, do que é considerado central e periférico.

## **Referências Bibliográficas**

ASCHER, F. 1995. *Metápolis ou l'avenir des villes*. Paris, Odile Jacob.

CALDEIRA, T.P. do R. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34, EDUSP.

CURITIBA. 2006. COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações. *Boletim Casa Romário Martins*, 30, 133.

CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. 2007. *Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente*. Curitiba, COHAB-CT, IPPUC.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. 2001. *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, F. E. S. 1997. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba, Palavra.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE.

— . 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)>. Acesso em: 18/11/2011.

LEFEBVRE, H. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.

LEROY, S. 2000. Sémantiques de la métropolisation. *L' Espace géographique*, 9, 1, 78-86.

MADE, Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2004. *Urbanização e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, Editora da UFPR.

MÉO, G. di. 2008. Introdução ao debate sobre metropolização: uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos. *Confins*, 4, 1-12.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. 2009. *Como andam Curitiba e Maringá*. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das metrópoles.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. 2001. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: documento para discussão*. Curitiba, COMEC.

— . 2006. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional*. Curitiba, COMEC.

SASSEN, S. 2010. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre, Artmed.

SILVA, M.N. da. 2012. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ULTRAMARI, C. e MOURA, R. 1994. *Metrópole grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba, IPARDES.